

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 18.

O conceito de racismo, criado no início do século XX, já foi objeto de diversas leituras e interpretações. Ainda hoje, as várias definições de racismo nem sempre dizem a mesma coisa, nem sempre têm um denominador comum. Quando utilizamos esse conceito em nosso cotidiano, não lhe atribuímos os mesmos conteúdo e significado, daí nossa falta de consenso também na busca de soluções contra o racismo.

Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado com base na raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções. Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças, cada qual com características físicas hereditárias comuns, que serviriam de suporte para as características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas de cada grupo, e, quando comparadas às características de outras raças, se situariam em uma escala desigual de valores.

Visto desse ponto de vista, o racismo é uma crença na existência de raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça, no imaginário do racista, não remete exclusivamente a um grupo definido por seus traços físicos. A raça, para um indivíduo racista, reúne pessoas em um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores aos do grupo ao qual pertence. Dito de outro modo, o racismo é uma tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.

Nesse sentido, podemos afirmar que o racismo nasce quando se empregam características biológicas como justificativa de tal ou tal comportamento. É justamente o estabelecimento da relação intrínseca entre características biológicas e qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que desemboca na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores.

Internet: <geledes.org.br> (com adaptações).

Com base nas ideias do texto, julgue os itens a seguir.

- 1 De acordo com o texto, a falta de consenso na busca de soluções advém da conceituação equivocada de racismo.
 - 2 Depreende-se do texto que a conceituação de raça no sentido sociológico consiste em uma abordagem antiquada e já superada pela ciência moderna.
 - 3 De acordo com as ideias apresentadas no texto, a ideologia racista atrela, necessariamente, as características físicas de um indivíduo a suas características morais, psicológicas, intelectuais e culturais.
 - 4 Conclui-se do texto que a hierarquização de pessoas a partir de critérios biológicos é o que mantém e agrava a desigualdade social existente no mundo.
 - 5 O texto limita-se a apresentar fatos a respeito do o racismo, sem posicionar-se explicitamente com relação à temática abordada ou defender um ponto de vista.
-
- Com base na estrutura linguística e no vocabulário empregados no texto, julgue os itens seguintes.
- 6 O período “O conceito de racismo, criado no início do século XX, já foi objeto de diversas leituras e interpretações.” poderia ser reescrito, mantendo-se as ideias originais e a correção gramatical do texto, da seguinte forma: **O racismo, cujo conceito já foi objeto de diversas leituras e interpretações, foi criado no início do século XX.**
 - 7 O pronome “lhe”, em “Quando utilizamos esse conceito em nosso cotidiano, não lhe atribuímos os mesmos conteúdo e significado”, remete ao “conceito de racismo” mencionado no período inicial do texto e retomado por meio da expressão “esse conceito”, no segundo período do texto.
 - 8 O trecho iniciado por “daí”, em “Quando utilizamos esse conceito em nosso cotidiano, não lhe atribuímos os mesmos conteúdo e significado, daí nossa falta de consenso também na busca de soluções contra o racismo.”, pode ser considerado uma conclusão acerca das ideias apresentadas na primeira parte do período.
 - 9 “Por razões lógicas e ideológicas, o racismo é geralmente abordado com base na raça, dentro da extrema variedade das possíveis relações existentes entre as duas noções.”, a substituição da expressão “com base na” por **apartir da** manteria a coerência entre as ideias do texto, além de sua correção gramatical.
 - 10 A expressão “Com efeito” em “Com efeito, com base nas relações entre ‘raça’ e ‘racismo’, o racismo seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças”, exprime circunstância de intensidade no contexto em que se insere.

- 11 No trecho “que serviriam de suporte para as características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas de cada grupo”, a substituição do trecho “serviriam de suporte para” por **justificariam** manteria a correção gramatical e a coerência das ideias do texto.
- 12 É facultativo o emprego de vírgula logo após a conjunção “e”, no trecho “que serviriam de suporte para as características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas de cada grupo, e, quando comparadas às características de outras raças, se situariam em uma escala desigual de valores.”.
- 13 A palavra **inerente** pode ser considerada um sinônimo para a palavra “intrínseca” no trecho “racismo é uma crença na existência de raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural”.
- 14 A palavra “imaginário” , no período “O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça, no imaginário do racista, não remete exclusivamente a um grupo definido por seus traços físicos.”, foi empregada no texto com sentido denotativo.
- 15 No período “O racista cria a raça no sentido sociológico, ou seja, a raça, no imaginário do racista, não remete exclusivamente a um grupo definido por seus traços físicos.”, a substituição da expressão “a um grupo definido” por **à uma classe definida** manteria as ideias do texto, mas prejudicaria a correção gramatical.
- 16 No período “A raça, para um indivíduo racista, reúne pessoas em um grupo social com traços culturais, linguísticos, religiosos, etc. que ele considera naturalmente inferiores aos do grupo ao qual pertence.”, está implícita a palavra “traços” após a palavra “aos”.
- 17 A oração iniciada por “que consiste” , no período “Dito de outro modo, o racismo é uma tendência que consiste em considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas ou biológicas.”, completa sintaticamente o nome “tendência”, exercendo, portanto, o papel de complemento nominal.
- 18 No trecho “quando se empregam características biológicas como justificativa de tal ou tal comportamento”, é facultativo o emprego do pronome “se” após a forma verbal “empregam”, da seguinte forma: **empregam-se**.

Com base no Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens a seguir, acerca da redação oficial.

- 19 A clareza e a impessoalidade são características esperadas em um texto oficial.
- 20 Um dos documentos oficiais mais utilizados no serviço público é o chamado padrão ofício.

Em um time de futebol, os números das camisas dos 11 jogadores titulares dessa equipe são:

- goleiro: 1;
- zagueiros: 3 e 38;
- laterais: 6 e 43;
- meio-campistas: 10, 17 e 25; e
- atacantes: 77, 96 e 99.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 21 Se o número sorteado for par, a probabilidade de ele ser maior do que 50 é de 25%.
- 22 Escolhendo dois jogadores diferentes dentre os 10 jogadores de linha, podem ser formadas exatamente 90 duplas distintas para o aquecimento do goleiro.
- 23 A média aritmética dos números das camisas dos 11 jogadores titulares é superior a 38.
- 24 A mediana dos números das camisas dos 11 jogadores titulares é igual a 25.

As idades de Ana, Beatriz e Cecília formam, nessa ordem, uma progressão aritmética. Sabe-se que a soma das idades atuais de Ana e Cecília é igual a 38 e que, há cinco anos, a idade de Beatriz era o dobro da idade de Ana.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 25 A idade atual de Ana é 10 anos.
- 26 A soma das idades atuais das três é igual a 57 anos.
- 27 Há algum ano, no passado ou no futuro, em que essas idades formam uma progressão geométrica.

Admitindo-se que as proposições “A aranha subiu pela parede se, e somente se, o morcego é bilionário” e “Se o morcego é bilionário, então o coringa usa maquiagem” são falsas.

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir.

- 28 A negação da proposição “A aranha subiu pela parede se, e somente se, o morcego é bilionário” é “Ou a aranha subiu pela parede, ou o morcego é bilionário”.
- 29 As proposições “Se o morcego é bilionário, então o coringa usa maquiagem” e “O morcego não é bilionário ou o coringa usa maquiagem” são logicamente equivalentes.
- 30 A proposição “O coringa usa maquiagem e a aranha subiu pela parede” é verdadeira.



RASCUNHO

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destras; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca dos tipos de computadores, da ferramenta Google Meet e do sistema operacional Windows 10, julgue os itens a seguir.

- 31 Os supercomputadores são projetados para as tarefas que exigem altíssimo poder de processamento, como simulações climáticas, criptografia e modelagem científica.
- 32 Um *notebook* é um tipo de computador pessoal (PC) com portabilidade, geralmente com bateria integrada, teclado embutido e tela própria.
- 33 O Google Meet permite que apenas usuários com contas pagas do Google Workspace participem de reuniões virtuais.
- 34 Durante uma reunião no Google Meet, é possível compartilhar apenas a tela inteira do computador, e não janelas específicas ou guias do navegador.
- 35 O recurso Histórico de Área de Transferência do Windows 10 permite ao usuário acessar apenas o último item copiado com o atalho **Ctrl** + **V**.

Quanto ao uso de *webmails*, ao Google Drive e à computação em nuvem, julgue os itens seguintes.

- 36 Um *webmail* é um serviço de *e-mail* acessado diretamente por meio de um navegador *web*, sem a necessidade de instalação de programas como Outlook.
- 37 A lixeira do Gmail exclui automaticamente mensagens após sete dias e sete horas, independentemente da ação do usuário.
- 38 O Google Drive permite armazenar, compartilhar e colaborar arquivos em tempo real com outros usuários, desde que tenham conta Google.
- 39 A computação em nuvem elimina completamente a necessidade de computadores locais, pois todos os dados e todas as aplicações passam a ser acessados exclusivamente via Internet.
- 40 A computação em nuvem oferece diferentes modelos de serviço, como IaaS (Infraestrutura como Serviço), PaaS (Plataforma como Serviço) e SaaS (*Software* como Serviço).



RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

A respeito da Lei nº 8.429/1992, que trata a respeito das sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 41** O exercício da função pública está diretamente relacionado às atribuições legais do agente público. Por essa razão, o simples desempenho das suas atividades, ainda que resulte em prejuízo causado por ato culposos, pode, por si só, caracterizar ato de improbidade administrativa.
- 42** O agente público que praticar ato de improbidade administrativa atentatório aos princípios da Administração Pública poderá ser sancionado com multa civil de até 24 vezes o valor da sua remuneração e estará sujeito à proibição de contratar com o Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, de forma direta ou indireta, inclusive por meio de pessoa jurídica da qual detenha participação majoritária, pelo prazo máximo de 4 anos.
- 43** A omissão dolosa do agente público, decorrente de divergência interpretativa da norma legal, com base em jurisprudência não pacificada, pode caracterizar ato de improbidade administrativa caso resulte em prejuízo ao erário.
- 44** A pena de suspensão dos direitos políticos, aplicada em decorrência da prática de ato de improbidade administrativa que importe em enriquecimento ilícito, será de até 14 anos.
- 45** Ocorrendo lesão ao patrimônio público por ação ou omissão – dolosa ou culposa – do agente ou de terceiro, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.

Com base na Lei nº 9.784/1999, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, julgue os itens seguintes.

- 46** A Lei que regula o processo administrativo tem por finalidade resguardar os interesses da Administração Pública, diante da sua supremacia em relação aos administrados, motivo pelo qual os atos de instrução que demandem a participação dos interessados devem ser realizados da forma menos onerosa para o ente público.
- 47** O administrado tem o direito de formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.
- 48** Na instrução do processo administrativo, as provas propostas pelos interessados, quando protelatórias, poderão ser recusadas mediante decisão fundamentada.
- 49** Concluída a instrução do processo administrativo, a Administração dispõe de prazo de até 60 dias para proferir decisão, salvo se houver prorrogação por igual período, devidamente motivada.

À luz do Decreto nº 7.724/2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação (LAI), julgue os itens a seguir.

- 50** Com a finalidade de garantir a eficiência das atividades da Administração Pública, a classificação de informações sigilosas, em qualquer grau de sigilo, pode ser delegada ou subdelegada, mediante decisão fundamentada da autoridade máxima do órgão ou da entidade.
- 51** Qualquer pessoa pode formular pedido de acesso à informação. No entanto, solicitações genéricas não serão atendidas.

De acordo com as diretrizes da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) –, julgue os itens seguintes.

- 52** O tratamento de dados pessoais, em quaisquer hipóteses, somente poderá ser realizado mediante consentimento expresso de seu titular, uma vez que a LGPD tem por finalidade proteger os interesses da pessoa natural.
- 53** Em caso de violação das normas legais, os agentes de tratamento de dados pessoais poderão ser advertidos pela autoridade competente, sendo-lhes fixado prazo para a adoção de medidas corretivas.
- 54** A competência da autoridade nacional restringe-se à fiscalização das operações de tratamento de dados pessoais realizadas por pessoas jurídicas de direito privado, uma vez que cabe a cada entidade pública o acompanhamento de suas próprias atividades.

Acerca da legislação anticorrupção, prevista na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 11.129/2022, julgue os itens a seguir.

- 55** A investigação preliminar a respeito da ocorrência de ato lesivo à Administração Pública Federal será conduzida diretamente por comissão composta de dois ou mais membros, designados entre servidores temporários ou efetivos, desde que investidos em função de confiança.
- 56** Após a investigação preliminar, a competência para a instauração e para o julgamento do processo administrativo de responsabilização é privativa do Ministério Público estadual do local onde ocorreu o ato lesivo.
- 57** A pessoa jurídica poderá acompanhar o processo administrativo de responsabilização por meio dos seus representantes legais ou procuradores, sendo-lhes assegurado amplo acesso aos autos. Contudo, é vedada a retirada de autos físicos da repartição pública, sendo autorizada a obtenção de cópias, preferencialmente em meio digital, mediante requerimento.
- 58** Compete à Controladoria-Geral da União celebrar acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo Federal e nos casos de atos lesivos contra a administração pública estrangeira.

- 59** A celebração do acordo de leniência é um direito potestativo da pessoa jurídica, motivo pelo qual a Administração não pode impor condições para a sua celebração.
- 60** A desistência da proposta de acordo de leniência ou a sua rejeição não importará em reconhecimento da prática do ato lesivo.

À luz do Decreto nº 79.822/1977, que regulamenta a Lei nº 5.766/1971, responsável pela criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Psicologia, julgue os itens seguintes.

- 61** Compete ao Conselho Federal de Psicologia (CFP) exercer função normativa e baixar atos necessários à execução da legislação reguladora do exercício da profissão.
- 62** A assembleia dos delegados regionais será constituída por três delegados eleitores de cada Conselho Regional.
- 63** Compete à assembleia geral elaborar e alterar o regimento do CFP.
- 64** A assembleia geral do Conselho Regional reunir-se-á em primeira convocação com a maioria absoluta dos seus integrantes e nas convocações subsequentes, com qualquer número de integrantes.

À luz da Resolução CFP nº 16/2001, que aprova o Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região, julgue os itens a seguir.

- 65** A comissão de orientação e fiscalização (COF) possui o objetivo de coordenar e executar, na sua jurisdição, as atividades de orientação e de fiscalização do exercício profissional e assistir o plenário do CRP nos assuntos da sua competência.
- 66** A comissão gestora de cada subsede será nomeada por Portaria, aprovada em plenário, assinada pelo presidente do CRP-6, e composta de três a cinco membros, de acordo com o número de psicólogos da respectiva região.
- 67** A reunião plenária extraordinária só poderá ser instalada com a presença de todos os membros da diretoria, sob pena de nulidade da convocação.

Quanto à Resolução CFP nº 3/2007, que institui a Consolidação das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia, julgue os itens seguintes.

- 68** Nas suas entrevistas e comunicações de trabalhos científicos, o psicólogo poderá utilizar-se dos meios de comunicação sociais sempre que o objetivo for informativo ou educativo.
- 69** A inscrição do profissional no Conselho Regional de Psicologia, realizada com certificado de colação de grau, terá caráter definitivo. Assim, ela será identificada em todos os documentos.
- 70** Os profissionais e as pessoas jurídicas que não efetuarem o pagamento ao Conselho, dos valores de sua responsabilidade, até o dia 1º de abril do ano subsequente ao vencido, serão considerados inadimplentes.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando a aplicabilidade e a interpretação das normas constitucionais, julgue os itens a seguir.

- 71** O princípio (ou postulado) de unidade da Constituição assevera que a Constituição é um todo uno, indivisível e harmônico, decorrendo daí que não há verdadeiros conflitos entre normas constitucionais, sendo que as contradições do texto são, meramente, aparentes.
- 72** O princípio de máxima efetividade da Constituição é uma técnica de controle de constitucionalidade que consiste, essencialmente, em, ao fixar os significados atribuíveis a um determinado texto, afastar aqueles que são incompatíveis com as normas constitucionais, a partir de uma perspectiva que diferencia a norma (significado) e o texto da norma (significante).

Segundo Peter Häberle, os direitos fundamentais constituem, na atualidade, conceito que engloba os direitos humanos universais e os direitos nacionais dos cidadãos garantidos pela Constituição, contra os abusos que possam ser cometidos pelo Estado ou pelos particulares, e integram a cultura jurídica de todo Estado Constitucional. Considerando essa informação, julgue os itens a seguir, à luz da Constituição Federal de 1988.

- 73** A proibição de que possa haver prisão civil por dívidas do depositário infiel está prevista, expressamente, na Constituição Federal de 1988.
- 74** A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal estabelece que é inconstitucional limitar a porcentagem de mulheres aprovadas nos concursos, ainda que o concurso seja para carreiras policiais.
- 75** De acordo com o texto vigente da Constituição Federal de 1988, será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada a sua naturalização, por sentença judicial, por atentado contra a ordem constitucional e o Estado democrático ou, ainda, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização.

De acordo com Soraya Locatelli, a adoção de duas Casas, com peso e valores iguais, consagra, em princípio, a ideia de Federação, na medida em que há, no processo legislativo, a participação permanente e igualitária de todos os Estados Federativos, reforçando a ideia federativa de que todas as leis são elaboradas pelo povo e pelos estados federados. Com base nessa informação, julgue os itens a seguir, em relação ao Poder Legislativo e sua relação com os demais Poderes.

- 76** De acordo com o texto expresso da Constituição Federal de 1988, os deputados e os senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

- 77** O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões que, em razão da matéria de sua competência, podem discutir e votar projeto de lei que dispensar a competência do plenário, na forma dos respectivos regimentos, salvo se houver recurso de um terço dos membros da Casa, conforme estabelece o texto da Constituição Federal de 1988.
- 78** As comissões parlamentares de inquérito (CPIs) devem ter por objeto a apuração de fato determinado, não se admitindo que haja instauração de CPIs para a investigação de fatos genéricos ou excessivamente amplos.

Em relação ao tratamento constitucional destinado à organização da ordem social no Brasil, julgue os itens seguintes.

- 79** A assistência social será prestada a quem dela necessitar, havendo apenas a obrigatoriedade de contribuição à seguridade social para se poder pleitear benefícios de caráter assistencial.
- 80** De acordo com a Constituição Federal de 1988, o ensino é livre à iniciativa privada, desde que cumpridas as normas gerais da educação nacional, não se admitindo que o Estado possa autorizar ou avaliar a qualidade dos serviços de educação realizados pelo setor privado.

A partir do contexto jurídico da organização objetiva e subjetiva da Administração Pública brasileira, julgue os itens a seguir.

- 81** Os conselhos de fiscalização profissional têm natureza jurídica autárquica, sendo criados por lei, com personalidade jurídica de direito público, gozando de autonomia administrativa e financeira, já que exercem atividade tipicamente pública, a saber, fiscalizar o exercício profissional.
- 82** De acordo com a legislação brasileira e com o entendimento doutrinário consolidado, entidade é a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração Direta e da estrutura da administração indireta. Já órgão, por sua vez, é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
- 83** Os conselhos de fiscalização profissional são fiscalizados, exclusivamente, pelo tribunal de contas do respectivo estado onde se localizar sua sede.
- 84** De acordo com a jurisprudência do STF, os magistrados enquadram-se na espécie de agente político, investido para o exercício de atribuições constitucionais, com prerrogativas próprias e legislação específica.

Em relação às licitações e às suas modalidades definidas pela Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

- 85** De acordo com o que estabelece a Lei nº 14.133/2021, são modalidades de licitação a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso, o pregão e o leilão.
- 86** É expressamente vedado pelo regime jurídico de licitações a criação de outras modalidades de licitação ou mesmo que o administrador público se valha da combinação das modalidades definidas pela Lei.
- 87** No regime jurídico estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, há predomínio das modalidades de pregão e de concorrência para a aquisição de bens e serviços, seguindo ambas as modalidades rito procedimental comum, adotando-se, porém, o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Uma determinada empresa contratada regularmente por procedimento licitatório pela Administração Pública, para prestação de serviços de reforma de imóvel (engenharia), com contrato vigente e situação regular e formal de fiscalização, atrasou a entrega final do objeto contratual. Após dez dias do prazo estabelecido em contrato, a Administração Pública realizou a notificação da empresa para a manifestação em relação ao atraso, com vistas à eventual aplicação de sanção, na forma autorizada pela Lei.

Com base nessa situação hipotética e nas regras aplicáveis ao regime de contratos administrativos da Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

- 88** O regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração a prerrogativa de aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato, sendo que o atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato, com as limitações estabelecidas em lei, exigindo-se, previamente, a instauração de processo de responsabilização, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 89** Caso a Administração Pública entenda ser cabível a aplicação da sanção de multa, esta não poderá ser inferior a 0,5% nem superior a 30% do valor do contrato licitado ou celebrado, sendo que, da aplicação da referida sanção, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis, a ser contado da data da intimação.

Em relação à responsabilidade civil do Estado e ao direito de regresso, julgue os itens seguintes.

- 90** As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável somente se for demonstrada a conduta dolosa do agente.

- 91** O STF considera que há responsabilidade civil do Estado em caso de morte de detentos, quando for possível ao Estado agir para evitar a morte do detento, sendo que, para afastar a sua responsabilidade, o Estado deve comprovar causa impeditiva da sua atuação protetiva do detento, rompendo o nexo de causalidade da sua omissão com o resultado danoso.

Em relação à capacidade civil e aos direitos de personalidade, julgue os itens a seguir, à luz do Código Civil brasileiro.

- 92** A pessoa natural tem o direito de usar seu nome e de defendê-lo de abuso cometido por terceiro, que, em publicação ou representação, venha a expô-lo ao desprezo público, ainda que não haja intenção de difamar.
- 93** De acordo com o Código Civil brasileiro, é possível cessar a incapacidade para os menores pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor com 14 anos de idade completos tenha economia própria.

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), anteriormente conhecida como Lei de Introdução ao Código Civil, é um conjunto de normas que, também, serve para a aplicação e para a interpretação das leis no sistema jurídico brasileiro. Considerando essa informação e a LINDB, julgue os itens seguintes.

- 94** A lei posterior revoga a anterior quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior, sendo que, caso estabeleça normas gerais ou especiais a par das já existentes, não há que se falar em revogação da lei anterior.
- 95** Na interpretação de normas sobre gestão pública, em especial, para o caso de aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a Administração Pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.

Considerando o tratamento do Código Civil para o tema de validade de atos e negócios jurídicos, bem como a respeito da prescrição e decadência, julgue os itens a seguir.

- 96** A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considera que, no caso de o beneficiário de seguro de vida se confundir com a figura do próprio segurado, o prazo prescricional para ingressar em juízo diante da seguradora pleiteando o adimplemento do seguro é ânno.
- 97** O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, mas convalesce pelo decurso do tempo e, portanto, submete-se aos prazos prescricionais estabelecidos na Lei Civil.

A Lei nº 8.245/1991, conhecida como Lei do Inquilinato, é um marco regulatório fundamental nas relações locatícias no Brasil. Essa legislação estabelece normas e diretrizes que regem os contratos de locação de imóveis urbanos, abrangendo tanto finalidades residenciais quanto não residenciais. A partir dessa informação, julgue os itens a seguir, em relação à referida Lei e a locações em geral.

- 98** Em um mesmo contrato de locação, de acordo com a Lei nº 8.245/1991, é permitido, como regra, que haja mais de uma das modalidades de garantia entre caução, fiança, seguro de fiança locatícia e cessão fiduciária de quotas de fundo de investimento.
- 99** Se houver mais de um locador ou mais de um locatário, entende-se que há solidariedade, mesmo que o contrato de locação tenha estipulado de modo diverso.

Em relação às regras materiais e processuais aplicáveis ao procedimento de julgamento do mandado de segurança, julgue os itens seguintes.

- 100** Se a decisão denegatória da ordem de *mandamus* em mandado de segurança não lhe houver apreciado o mérito, admite-se renovação do pedido, respeitado o prazo decadencial de 120 dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.
- 101** A legislação do mandado de segurança considera que são autoridades, para fins de impetração do referido *writ*, os representantes ou os órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do Poder Público, mas somente no que disser respeito a essas atribuições.

Quanto aos princípios e às regras que regem o processo civil brasileiro e os processos de execução da Lei nº 13.105/2015, julgue os itens a seguir.

- 102** Em relação às condutas consideradas atentatórias à dignidade da justiça no processo de execução, poderá o juiz fixar multa não superior a 20% do valor atualizado do débito em execução, a qual será revertida em proveito do Poder Judiciário.
- 103** Nos termos do Novo Código de Processo Civil, o exequente pode cumular várias execuções, quando o executado for o mesmo e desde que, para todas elas, seja competente o mesmo juízo e idêntico o procedimento, ainda que fundadas em títulos diferentes.
- 104** De acordo com a jurisprudência do STJ, é possível a utilização da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB) em processos de execução civil entre particulares, de maneira subsidiária.

Em relação às execuções fiscais, regidas pela Lei nº 6.830/1980 e às regras infraconstitucionais tributárias, julgue os itens seguintes.

- 105** Considerando o dever de proteção aos contribuintes, expressos na Lei nº 6.830/1980, os embargos do executado devem ser conhecidos, processados e julgados independentemente de que seja apresentada garantia à execução.
- 106** O prazo de um ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previstos na Lei nº 6.830/1980 tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, devendo o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução.

O imposto sobre operações financeiras (IOF) tem sido objeto de discussão recente no cenário político brasileiro. Mudanças nas alíquotas e na aplicação desse tributo têm gerado debates acerca dos seus impactos na economia, tanto para pessoas físicas, quanto jurídicas. Considerando essas informações e as características jurídicas desse tributo, julgue os itens a seguir.

- 107** A competência para instituir impostos sobre as operações de câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários, é, como regra, da União. No entanto, para as operações de crédito, a competência para a instituição passa a ser do estado onde for realizada a operação.
- 108** O fato gerador do IOF, em relação às operações de crédito, é a entrega do montante ou do valor que constitua o objeto da obrigação, ou sua colocação à disposição do interessado.

Em relação às anuidades devidas pelos profissionais aos conselhos de fiscalização e o Sistema Tributário Nacional, julgue os itens seguintes.

- 109** Em razão das características especiais das contribuições sociais de interesse profissional, não se aplica a elas o princípio tributário da capacidade contributiva.
- 110** A jurisprudência consolidada do STJ exige, como requisitos indispensáveis à constituição e à execução do crédito, a comprovação da regular notificação do executado para o pagamento da dívida de anuidade de conselhos de classe ou, em caso de recurso, o esgotamento das instâncias administrativas.

Em relação às regras materiais expressas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e na sua interpretação pela justiça do trabalho, julgue os itens a seguir.

- 111** Eventuais alterações na estrutura jurídica da empresa não afetam os direitos adquiridos pelos seus empregados, sendo que os sócios retirantes somente respondem pelas obrigações trabalhistas da sociedade quando ficar comprovada fraude na alteração societária decorrente da modificação do contrato.

112 Para o cálculo do valor do salário-hora do empregado sujeito ao regime geral de trabalho, quando sujeito a 40 horas semanais de trabalho, será utilizado o divisor 200.

113 De acordo com a CLT, a falta do aviso prévio por parte do empregador dá ao empregado o direito aos salários correspondentes ao prazo do aviso, mas não há integração desse período no seu tempo de serviço, já que não houve efetiva atividade laborativa.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) é o órgão de cúpula da justiça do trabalho no Brasil, desempenhando um papel fundamental na uniformização da jurisprudência trabalhista nacional. A partir dessa informação, julgue os itens a seguir, em relação à atuação do TST no processo trabalhista.

114 Em relação às reclamações, de ações originárias diretamente no TST, é inadmissível reclamação proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada.

115 Em relação ao recurso de revista, a admissibilidade por violação tem como pressuposto a indicação expressa do dispositivo de lei ou da Constituição Federal de 1988 tido como violado.

No que concerne às reclamações trabalhistas e aos recursos admissíveis no processo do trabalho, julgue os itens seguintes.

116 Cabe recurso ordinário para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas das varas e dos juízos do trabalho, no prazo de 15 dias úteis.

117 Em relação à assistência judiciária gratuita no âmbito da justiça do trabalho, é necessária a demonstração cabal de impossibilidade de a parte arcar com as despesas do processo.

Em relação às regras do regime de previdência de servidores públicos, julgue os itens a seguir.

118 A jurisprudência consolidada do STF estabelece que não há direito adquirido frente ao regime jurídico de servidor público; todavia, em questões previdenciárias, aplicam-se as normas vigentes ao tempo da reunião dos requisitos de passagem para a inatividade.

119 Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, as regras do regime próprio de previdência do respectivo ente federado.

120 A Previdência Complementar de Servidores Públicos Federais do Poder Executivo é administrada pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo, que é uma entidade aberta de previdência complementar.



RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

A Lei nº 14.133/2021, conhecida como Nova Lei de Licitações, trouxe importantes mudanças no regime de contratações públicas no Brasil. Entre as inovações, destaca-se a reformulação do tratamento dado às contratações diretas. Essas alterações visam proporcionar maior eficiência e celeridade nas contratações públicas, sem descuidar dos princípios da administração pública.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

A contratação direta no novo regime da Lei nº 14.133/2021

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) espécies de contratação direta;
- b) hipóteses de dispensa de licitação;
- c) requisitos para a caracterização da inexigibilidade de licitação; e
- d) procedimentos e controles aplicáveis às contratações diretas.